

# DATALUTA



## BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, julho de 2020, número 151. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATALUTA

**QUANDO PARA IMPEDIR A REFORMA AGRÁRIA VALE ATÉ DESTRUIR ESCOLAS:  
A DIREITA AUTORITÁRIA CONTRA O ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE, EM  
CAMPO DO MEIO-MG**

### ARTIGO DO MÊS

**OS CICLOS DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA DE EL SALVADOR: DA GESTAÇÃO DO  
LATIFÚNDIO ÀS REVOLTAS CAMPONESAS E POPULARES**

Accesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

### EVENTOS

**XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA 2021**

UEPA/Belém – Pará, 07 a 14 de abril de 2021.

**XX Encontro Nacional Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021**

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2021 (data a definir).

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Experiências históricas de  
Reforma Agrária no mundo.**

Org.: João Pedro Stédile.

Este livro, primeiro volume de uma coleção sobre a reforma agrária no mundo, apresenta o debate em torno das diferentes experiências de reforma agrária nos diferentes países, uma vez que o conhecimento destas experiências é uma grande lacuna imposta a nós pela hegemonia dos interesses do capital e do latifúndio como um todo.



**Webinar  
DATALUTA**

Realização:  
DATALUTA.

Rede

Rede

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confira os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATALUTA/videos>.



**PodCast Unesp – Pod  
Territorial.**

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

### EQUIPE:

Revisão e Edição: Danilo Valentin Pereira, Lucas Pauli (bolsista FAPESP), Lara Dalperio Buscioli (bolsista FAPESP),

Aline Albuquerque Jorge (bolsista Capes), Angela dos Santos Machado (bolsista Capes),

Lucas de Brito Wanderley (bolsista Capes) e Guilherme Magon Whitacker (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>

## **QUANDO PARA IMPEDIR A REFORMA AGRÁRIA VALE ATÉ DESTRUIR ESCOLAS: A DIREITA AUTORITÁRIA CONTRA O ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE, EM CAMPO DO MEIO-MG**

### **Estevan Coca**

Docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)  
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES)  
[estevan.coca@unifal-mg.edu.br](mailto:estevan.coca@unifal-mg.edu.br)

### **Leonardo Lencioni Mattos Santos**

Discente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)  
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES)  
[leonardo.lencioni@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:leonardo.lencioni@sou.unifal-mg.edu.br)

### **José Roberto Salvaterra**

Discente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)  
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES)  
[jose.salvaterra@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:jose.salvaterra@sou.unifal-mg.edu.br)

### **Isabelle Medeiros de Freitas**

Discente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)  
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES)  
[isabelle.medeiros@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:isabelle.medeiros@sou.unifal-mg.edu.br)

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos têm emergido em escala global governos de direita que possuem características comuns como as seguintes: conservadorismo, moralismo, autoritarismo, populismo, xenofobia e nacionalismo. Eles representam um desafio a valores ocidentais que pareciam consolidados como o Iluminismo e a democracia liberal (BROWN, 2019).

Sobre o Brasil, nas eleições de 2018, como parte da “onda de direita conservadora” que acompanhou a eleição de Jair Bolsonaro, então membro do Partido Social Liberal (PSL), Romeu Zema, do Partido Novo, foi eleito governador de Minas Gerais com o expressivo número de 71,8% dos votos válidos no segundo turno. Assim como tem ocorrido no restante do Brasil desde então, Minas Gerais também tem presenciado a aplicação de uma forte agenda neoliberal/conservadora, ocasionando a ampliação das barreiras institucionais para o avanço da reforma agrária, a transição agroecológica e a promoção da soberania alimentar. Isso fica mais evidente quando se constata que nenhum dos dois assentamentos rurais criados em 2019 está em terras mineiras (REDE DATALUTA, 2019).

Ao mesmo tempo, essa unidade federativa possui um dos mais simbólicos conflitos pela posse da terra no Brasil atual, envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a massa falida da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio (Sul de Minas Gerais). Esse conflito traz alguns dos principais elementos que historicamente têm caracterizado a Questão Agrária nacional e que se tornam ainda mais evidentes no momento atual como a irresponsabilidade e impunidade do latifúndio/agronegócio, a letargia do Estado em exigir o cumprimento da função social da terra e a judicialização das lutas camponesas.

Nesse breve texto, a equipe do Grupo de Estudos Socioespaciais e Regionais (GERES), da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), que compõe a Rede DATALUTA, destaca como a direita autoritária que tem governado Minas Gerais interfere no conflito fundiário de Campo do Meio, respaldando o despejo de famílias acampadas em pleno contexto de pandemia. O caráter perverso disso é expresso de

modo ainda mais evidente na destruição da Escola Popular Eduardo Galeano. O texto possui essa introdução, um breve histórico do conflito entre o MST e a falida Usina Ariadnópolis, apontamentos sobre o mais recente despejo de parte das famílias acampadas (especialmente a destruição de uma escola popular) e as considerações finais.

## **BREVE HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE**

O surgimento do MST no Sul de Minas Gerais se deu como uma reação à barbaridade do capitalismo agrário. Na segunda metade do século passado, com o estopim modernizador construído desde a Revolução Verde no Brasil, a territorialização da agricultura capitalista se deu em Campo do Meio através, principalmente, da Usina Ariadnópolis, que durante o auge do Pró-Álcool<sup>1</sup> foi a principal empregadora do município. Contudo, em 1996, ela veio a falir, deixando mais de R\$ 300 milhões em dívidas trabalhistas, além de expressar um grande desmazelo com o próprio território, onde a monocultura intensiva da cana-de-açúcar ocasionou a degradação do solo e das reservas de água, por exemplo.

Sendo os antigos trabalhadores deixados ao acaso pela Usina falida, muitos deles passaram a reivindicar seus direitos perdidos por meio de ações coletivas, representação sindical e principalmente de ocupações de terras que viriam a eclodir na organização atual do Acampamento Quilombo Campo Grande (MOREIRA, 2017).

As ocupações que se deram gradativamente, sendo as primeiras datadas entre 1996 a 1998, geraram a pressão necessária para a criação do Assentamento Primeiro do Sul, em 1997, com capacidade para 42 famílias (REDE DATALUTA, 2020).

Desde a criação do Assentamento Primeiro do Sul, ocorreram outras 9 ocupações nas áreas da falida Usina Ariadnópolis, com a participação de mais 1.200 famílias (REDE DATALUTA, 2020). Como forma de amenizar esse contexto de grande conflitualidade, em 2012, foi criado o Assentamento Nova Conquista II, com capacidade para 12 famílias (Ibid, 2020).

Todavia, levando em conta que a implementação desses assentamentos foi importante, mas não sanou a demanda pela terra na região, um grande contingente de famílias permaneceu numa área de pouco mais de 4 mil hectares da falida Usina Ariadnópolis. Cerca de 450 famílias formaram as 11 comunidades que compõe o Quilombo Campo Grande: Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Girassol, Fome Zero, Chico Mendes, Betinho, Irmã Dorothy, Vitória da Conquista, Potreiro e Resistência.

Durante todos esses anos, o Quilombo Campo Grande tem se destacado como uma referência para a implementação de um modelo alternativo ao agronegócio no desenvolvimento rural do Sul de Minas Gerais. Ele possui uma produção agroecológica que revitalizou a natureza anteriormente degradada e também fornece alimentos de qualidade para a região. Um dos seus principais resultados é a produção de café agroecológico, especialmente por meio do selo Guaiú, comercializado em todo o Brasil pela Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (CAMPONESA).

No Sul de Minas Gerais a monocultura do café tem sido excessiva, trazendo distintos problemas característicos do modelo convencional de produção desse grão, a exemplo do trabalho escravo presentes em grandes fazendas (DOTTA, 2018). Hoje, o Quilombo Campo Grande demonstra sua resistência a esse

---

<sup>1</sup> Programa de incentivos fiscais e de financiamentos públicos implementado pelo Governo Federal brasileiro, em 1975, visando diminuir a dependência do petróleo e aumentar o uso do álcool como fonte energética.

modelo através das feiras livres, grupos de consumo e abastecimento de alimentos saudáveis nas cidades do Sul de Minas Gerais. Além disso, ele tem causado importantes impactos econômicos em Campo do Meio, gerando empregos e ajudando na movimentação de renda local.

De tal modo, apesar de não ter o título de propriedade da terra, as famílias do Quilombo Campo Grande trazem importantes contribuições para a justiça social e ambiental no Sul de Minas Gerais. Contudo, desde que Romeu Zema se tornou governador de Minas Gerais, em 2019, a instabilidade dessas famílias tem se tornado ainda maior, pois o governo tem apoiado as consecutivas tentativas de retomada da terra por parte dos representantes da massa falida da Usina Ariadnópolis. O exemplo mais recente se deu com requintes de crueldade, levando ao despejo de famílias e à destruição da Escola Popular Eduardo Galeano.

### **DESPEJO EM TEMPO DE PANDEMIA**

Em seus quase dois anos de mandato, Romeu Zema tem utilizado o exemplo do Quilombo Campo Grande para demonstrar que no autoritarismo de direita a reforma agrária, além de não ser prioridade, representa uma ameaça e por isso deve ser evitada de modo contundente.

Em 2015, quando Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda era governador de Minas Gerais, foi promulgado o decreto 365, de 25 de julho de 2015, prevendo a desapropriação de 3.195 ha da Usina Ariadnópolis para fins de colonização agrícola.<sup>2</sup> O Governo Estadual ofereceu R\$ 66 milhões de indenização, porém, o valor foi contestado na Justiça pelos representantes da massa falida. O processo ficou parado na Comarca de Campos Gerais, até que em 2019, ainda no começo de seu governo, Romeu Zema revogasse o decreto que desapropriava a área da sede da Usina Ariadnópolis. Com isso, Jovane de Souza Moreira, o representante da massa falida, apresentou um pedido de reintegração com a finalidade de cumprir um acordo de arrendamento com a empresa Jodil Agropecuária e Participações Ltda, pertencente ao empresário João Faria da Silva, um dos maiores produtores individuais de café do mundo e parceiro de grandes corporações (SOUZA, 2018).

O governo estadual veio a interferir novamente de modo favorável ao latifúndio/agronegócio em agosto de 2020, quando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais ordenou a desocupação de 363 ha do Acampamento Quilombo Campo Grande, inclusa a área da sede da Usina Ariadnópolis. A gravidade desse despejo se deu pelo fato dele ser previsto para ocorrer durante o período de pandemia de COVID-19, estando Minas Gerais em estado de calamidade pública.

O despejo ocorreu entre 12 e 14 de agosto de 2020 (um dos mais longos do século XX) e o governo de Romeu Zema foi um dos seus protagonistas. Foi mobilizado um contingente de mais de 150 policiais, os quais contaram com pesados armamentos, além de carros e helicóptero (Figuras 01, 02 e 03). No total, 14 famílias perderam suas casas e áreas de produção, contudo, o fato que mais exemplificou a sanha que a direita autoritária possui de impedir a reforma agrária foi a destruição da Escola Popular Eduardo Galeano.

### **Figuras 01 – Enfrentamento entre os acampados e a polícia**

---

<sup>2</sup> O decreto se embasou na lei federal 4.132, que legitima os estados a fazerem desapropriações para fins de interesse social.



Fotos: Isabelle Medeiros de Freitas, 2020.

### Figuras – 02: Barreira policial



Fotos: Isabelle Medeiros de Freitas, 2020.

### Figura 03: Munição usada contra os acampados no despejo



Fotos: Isabelle Medeiros de Freitas, 2020.

## O VALOR SIMBÓLICO DA DESTRUIÇÃO DA ESCOLA POPULAR EDUARDO GALEANO

A luta pela criação de escolas do campo no Brasil está diretamente relacionada com a luta pela/na terra dos movimentos socioterritoriais (CAMACHO, 2014). Com base nesse contexto, a criação da escola

popular Eduardo Galeano foi gestada a partir da luta dos camponeses e camponesas do Quilombo Campo Grande e assentamentos Primeiro do Sul e Nova Conquista II.

A escola se localizava em frente ao parque industrial da falida Usina (Figura 04). Ela foi criada em 2014 com a reforma de um prédio que até aquele momento estava totalmente abandonado. Assim, a Escola Popular Eduardo Galeano passou a funcionar por meio de cursos organizados pelo próprio MST, enquanto o setor de educação tomava as providências necessárias para que a escola funcionasse em caráter oficial.

#### Figuras 4 e 5 – Área onde se localizava a Escola Popular Eduardo Galeano



Foto 04: Clibson Santos, 2018. Foto 04: Isabelle Medeiros de Freitas, 2018.

Em 2016, a partir de negociações com a Secretaria de Educação (SEE-MG) e a superintendência regional de ensino de Varginha-MG, a escola foi oficializada. A partir de setembro de 2016 passaram a funcionar, no período noturno, duas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de ensino fundamental e, no período vespertino, uma turma de sexto ano do ensino regular. A alternativa encontrada pelo setor de educação para que a escola pudesse funcionar foi a constituição desta enquanto um anexo da Escola Estadual Doutor José Mesquita Netto, localizada na zona urbana de Campo do Meio.

Pelo fato de a escola Eduardo Galeano se constituir enquanto um anexo de uma escola urbana não é possível caracterizá-la totalmente como uma escola pautada na Educação do Campo. Contudo, apesar dos entraves gerados pela necessidade de se seguir a burocracia e o currículo urbano, os educadores conseguiram adotar metodologias (como as pedagogias do trabalho e da coletividade), racionalidades e temporalidades mais contextualizadas com a realidade local. Neste sentido, a escola era vista e construída enquanto espaço de resistência, de promoção da cultura camponesa e de vivência comunitária (CALDART, 2020)

O próprio fato de a escola trazer em seu nome a denominação “popular” já aponta para aspectos que a diferenciam de uma instituição de ensino mais tradicional. Assim, o projeto de uma escola popular visa fomentar uma educação criada pela comunidade, capaz de permitir ao educando uma visão na qual ele

se entenda enquanto “[...] sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país” (BRANDÃO, 1986, p. 47).

As ameaças contra a Escola Popular Educado Galeano vinham desde antes do despejo de agosto de 2020. Seu processo de fechamento se insere no contexto de ascensão política da direita autoritária pós eleições de 2018 e, também, no cenário nacional de fechamento de escolas do campo. Entre 2010 e 2019, 24.114 escolas do campo foram fechadas no país (INEP, 2010, 2019).

Assim, já em março de 2019, o Governo Estadual, por meio da Secretaria de Educação, determinou o fechamento da Escola Popular Eduardo Galeano. O principal argumento utilizado pelos governos Estadual e Municipal para o fechamento da escola foi a necessidade de redução de gastos. Com isso, os cursos formais deixaram de ser oferecidos, passando a Escola Popular a ser utilizada apenas para algumas atividades de formação do MST.

Pior ainda, com o despejo ocorrido entre 12 e 14 de agosto de 2020, a Escola Popular Eduardo Galeano foi demolida, por estar inserida no perímetro da sede da falida Usina Ariadnópolis (Figura 06).

**Figuras 06 – Escola Popular Eduardo Galeano demolida**



Foto: Isabelle Medeiros de Freitas captada por meio de vídeo de Gean Gomes - MST, 2020.

Portanto, a destruição da Escola Popular Eduardo Galeano foi o estopim de um amplo processo de rejeição que o governo de direita autoritária de Romeu Zema tem tido em relação à reforma agrária. A alegada submissão às decisões da Justiça da Comarca de Campos Gerais esconde o fato de que o governo é omissivo na oferta de serviços básicos para os acampados do Quilombo Campo Grande, a exemplo da própria educação, forçando crianças, jovens e adultos a se deslocarem para a zona urbana de Campo do Meio para poder exercer seu direito ao estudo formal.

## **REFLEXÕES FINAIS**

Nesse pequeno texto, a equipe do GERES/DATALUTA denunciou como o mais recente despejo de famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande se dá num contexto de hegemonia da direita autoritária na política de Minas Gerais. O governo de Romeu Zema, que ironicamente pertence ao partido Novo, tem reproduzido as injustiças históricas causadas pelo binômio latifúndio/agronegócio no Sul de Minas Gerais. Para impedir a reforma agrária, utilizam-se de todas as possibilidades possíveis, auxiliando no fortalecimento da direita autoritária, baseada em consolidados alicerces do fascismo, onde aniquilam toda e qualquer simbologia que haja como conectivo da luta, e da progressão popular existente na luta pela terra.

Logo, destruir a Escola Popular Eduardo Galeano, é destruir em si a essência daqueles que representam o MST, bem como de todos os seus trabalhadores e apoiadores. É destruir os signos existente na pedagogia sem-terra, do respeito pela terra, o trabalho, o coletivo, e de uma nova e justa proposição de produção de alimentos. A máquina estatal governada por um espectro autoritário, no sentido de aniquilamento das ideias e simbologias adversas, dada a situação de destruir uma escola pública, não leva em consideração que isto não está deslocado do todo. Assim, ela acaba por destruir, não apenas uma escola e sim, um patrimônio de toda a população do município de Campo do Meio, sobretudo do povo do campo.

O fato concreto é: em suas estruturas agora demolidas, aconteceram muitas histórias, novos e antigos aprendizados, e isso basta para ser e dar forças, principalmente ao Quilombo Campo Grande, capaz de se reconstruir, mesmo com a tentativa de frear a reforma agrária em Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BROWN, W. **Nas ruínas do capitalismo. A ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CALDART, R. S. **Reforma Agrária Popular e Educação**. In: IV JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA. UESB/UESC: 2020;

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2014.

DOTTA, R. **Trabalho escravo no Sul de Minas: 15 foram resgatados em fazenda de café**. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/08/03/trabalho-escravo-no-sul-de-minas-15-foram-resgatados-em-fazenda-de-cafe>. Acesso em: 26 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2010**. Brasília: INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

MOREIRA, G. L. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: Pedagogia de emancipação humana? Experiências da luta da CPT e do MST**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2017.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil - 2018**. Presidente Prudente, 2018.

REDE DATALUTA. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra**. 2020.

SOUZA, M. **Usina que deu calote trabalhista tenta retomar terra ocupada por ex-funcionários há 20 anos**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/11/usina-que-deu-calote-trabalhista-tenta-retomar-terra-ocupada-por-ex-funcionarios-ha-20-anos/>. Acesso em: 27 set. 2020.